



Edital de Licitação

Pregão Eletrônico n° 01/2021
Processo Licitatório n° 79/2021

Aquisição de 01 (um) aparelho de ultrassom diagnóstico sem aplicação transesofágica atendendo a proposta n° 12211.583000/1190-01.

O **Município de Santa Cecilia do Sul**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Rua Porto Alegre, 591, na cidade de Santa Cecília do Sul - RS, nos termos da lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e do **Decreto n° 1.617/2021, de 28 de julho de 2021**, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, **torna público** que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico**, nos seguintes termos:

1. Disposições Preliminares

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;

1.2 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, designados pela **Portaria n° 382 de 17 de novembro de 2021**, podendo ser assessorada por técnicos quando necessário, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 Cadastramento das Propostas e envio de Documentos no site: 06 de dezembro de 2021 às 09h29min até dia 16 de dezembro de 2021 às 09h29min.

1.4 Início da Fase de Lances/Disputa do Pregão Eletrônico: 16 de dezembro de 2021 às 09h30min.

1.5 Tempo de disputa: 15 minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

1.6 Formalização de consultas: observando o prazo legal, a licitante poderá consultar por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número do pregão eletrônico;

1.7 Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

Obs.: a licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.



2. Do Objeto

2.1. O objeto da presente licitação consiste na **aquisição de 01 (um) aparelho de ultrassom diagnóstico sem aplicação transesofágica atendendo a proposta nº 12211.583000/1190-01**, conforme quantitativo e com no mínimo as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

2.2. A empresa vencedora deverá oferecer treinamento, versando sobre operação do equipamento sem qualquer custo adicional.

2.3. A empresa vencedora deverá possuir assistência técnica autorizada numa distância de até 400 Km, da sede Municipal de Santa Cecília do Sul.

3. Das Condições de Participação

3.1 - Poderá participar do certame a pessoa jurídica que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação.

3.2 - Não será permitida a participação de empresas:

3.2.1 - Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.2 - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3 - Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

3.2.4 - Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

3.2.5 - Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10 da Lei 9.605/98;

3.2.6 - Declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo.

4. Do Credenciamento

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto a Confederação Nacional dos Municípios;

4.1.1 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Confederação Nacional dos Municípios, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



4.1.2 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

4.1.3 O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. Da Participação

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, emitido nos termos do subitem 4.1 deste edital e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limites estabelecidos;

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

5.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.4. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. As licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos pelas Leis 123/06 e 11.488/07 e Lei complementar 147/14, deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apto a usufruir o tratamento diferenciado e estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar 123/06 e Lei Complementar 147/14 ou da Lei 11.488/07.

5.5.1. As licitantes que se declarem beneficiárias da Lei complementar 123/06, Lei complementar 147/14 e Lei 11.488/07 e **NÃO** comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento serão inabilitadas, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista no edital e legislação pertinente.

5.5.2. Os licitantes que se declarem enquadrados e **NÃO** estiverem, poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e legislação pertinente.



5.6. A comprovação dos requisitos tratada no item 5.5 se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigida no item 11 deste edital.

6. Das Impugnações e Esclarecimentos

6.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, bem como solicitar esclarecimentos referentes a este processo licitatório.

6.2. Os eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico em formulário específico do provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

6.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando eventual alteração do edital não afetar a formulação das propostas.

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo provedor do sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.8. Não será reconhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal, e/ou subscrita por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

7. Da Proposta de Preços

7.1. A proposta deverá conter:

7.1.1. Preço Unitário, conforme descrições no anexo II, expresso em reais, com até 02 (Duas) casas decimais, **não podendo ser superior ao valor de referência**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta, até a efetiva entrega do objeto licitado;

7.2. A proposta deverá obedecer ainda aos seguintes critérios:

7.2.1. Indicar o prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, sessenta dias;

7.2.2. Indicar a Marca e Modelo no Objeto Licitado;



7.2.3. Indicar o prazo de garantia do equipamento, contado a partir da data de sua entrega com a respectiva aceitação pelo Município, o qual deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses;

7.2.4. Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributárias, material, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

7.2.4.1. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para aquisição do produto, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante;

7.3. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital;

7.4. O Município é considerado consumidor final, sendo que a licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição Federal de 1988;

7.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem as exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações, no todo ou em parte;

b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos praticados no mercado, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

c) Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado.

8. Abertura, Aceitação e Disputa de Lance

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

8.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

8.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



8.28. Após a negociação do preço, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

8.29. No mesmo prazo disposto no item acima, o Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

8.30. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.31. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9. Recursos

9.1. Ao final da sessão, qualquer licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro da síntese das suas razões em até 10 (dez) minutos, devendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do(s) item(ns), pelo Pregoeiro, ao vencedor do certame;

9.3. Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital;

9.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

9.4.1. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 9.1, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul;



9.4.2. As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.5. Os recursos contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

9.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.7. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o respectivo item para a licitante vencedora do certame;

10. Dos Critérios de Julgamento

10.1. No julgamento observar-se-á o disposto no artigo 4º, inciso X da Lei nº 10.520/02;

10.2. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço unitário**, observadas as especificações dos produtos, o tratamento diferenciado aplicado a Micro e Pequenas Empresas de trata a Lei complementar nº 123 e demais condições definidas neste edital.

11. Da Habilitação

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro efetuará a habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, na forma da Lei;

11.2. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, ao final da sessão pública dos lances, **devendo o licitante comprovar sua postagem no correio ou transportadora no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta caso isto não ocorra.** A critério do Pregoeiro, e mediante justificativa, o prazo supracitado poderá ser prorrogado.

11.3. O envelope contendo os documentos deverá estar devidamente lacrado, e será aberto pelo Pregoeiro na presença de pelo menos um membro da equipe de apoio. Não serão reconhecidos nem recebidos envelopes fechados com grampos ou clips.

11.4. Os documentos de proposta financeira e habilitação devem ser remetidos para o seguinte endereço:

Ao



Município de Santa Cecília do Sul
Rua Porto Alegre, 591
CEP: 99.952-000
A/C Setor De Licitações
Proposta E Habilitação Referente ao PE nº 01/2021

11.5. Os documentos de habilitação serão os seguintes:

11.5.1. Habilitação Jurídica

I. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor,

11.5.2. Para comprovação da regularidade fiscal (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

11.5.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;**

11.5.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (**DI-RE**) ou Municipal (**Alvará**), relativo ao domicílio ou sede da licitante;

11.5.2.3. Prova da regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federal e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda nacional / Receita Federal do Brasil;

11.5.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual;**

11.5.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei;

11.5.2.6. Prova regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.5.3. Para comprovação da regularidade trabalhista (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

11.5.3.1. Prova de inexistência de Débitos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.5.4. Para comprovação da qualificação econômico-financeira (Art.31 da Lei Federal nº 8.666/93):

11.5.4.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedido no domicílio da pessoa física, com data máxima de 60 dias anteriores a realização desse processo.



11.5.5. Qualificação Técnica

11.5.5.1. Exigência para os aparelhos equipamentos e utensílios médico/odontológico/laboratorial:

I) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, **em situação ativa**, em nome da licitante.

II) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, **em situação ativa**, em nome do fabricante.

II.a) Em caso de fabricante estrangeiro será aceito, em substituição ao exigido no subitem anterior Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitido pela ANVISA, em situação ativa, em nome da importadora e detentora do registro junto à ANVISA.

III) Certificado de Registro ou Cadastro do equipamento ofertado, expedido pelo Ministério da Saúde, **em vigor**, onde conste o número e a validade do Registro, denominação do equipamento, nome e número do CNPJ do fabricante.

III.a) Caso o produto cotado seja dispensado do registro na ANVISA/MS, o proponente deverá apresentar cópia autenticada do ato que isenta o produto de registro.

11.5.5.2. Deverá ser apresentado prospectos técnicos e ilustrativos do equipamento a ser fornecido, o qual deverá ser submetido a avaliação do órgão solicitante (Secretaria Municipal de Saúde).

11.5.6. Declarações

11.5.6.1. Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei Federal nº 8666/93 **(Anexo III)**;

11.5.6.2. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, **(Anexo IV)**;

11.5.6.3. Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, **(Anexo V)**, assinada por representante(s) legal(is) da empresa;

11.5.6.4. Declaração que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, **(Anexo VI)**;



11.5.6.5. Declaração sob as penas da Lei, firmada por profissional devidamente registrado no CRC ou representante legal, atestando enquadramento como ME ou EPP, caso tenha utilizado dos benefícios de que trata a Lei complementar nº 123 de 14/12/2006, (**Anexo VII**).

Obs.: Caso as Declarações citadas nos subitens 11.5.6.1 a 11.5.6.4, não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, as mesmas deverão vir acompanhadas de "Procuração" que conceda poderes ao signatário das Declarações.

11.6. Os documentos deverão ser apresentados em fotocópia autenticada. Os expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou também cópia reprográfica autenticada. Entretanto, sujeitar-se-ão a verificação de suas autenticidades através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

11.7. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

11.8. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias.

12. Da Adjudicação

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.2. Não serão aceitos dos itens licitados, em desacordo com as especificações do edital.

12.3. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.4. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação,



imediatamente e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

13 - Das Dotações Orçamentárias

13.1. As despesas do objeto deste contrato serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte dotação orçamentária e será da lei-de-meios do exercício de 2022, suplementada se necessário:

09.01 - Secretaria e Fundo Municipal da Saúde

4.4.9.0.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

1006 - Aquisição de Equipamentos de Saúde

14. Das Condições Para Fornecimento do Equipamento e da Garantia

14.1. Esgotados todos os prazos recursais, e depois de homologada a licitação, a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, convocará o vencedor para entrega do equipamento, num prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, sob pena de decair do direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

14.2. Não será aceito equipamento de marca/procedência diferentes daquele indicado na proposta e constantes no prospecto técnico ilustrativo apresentado.

14.3. A licitante vencedora será responsável por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, frete, seguro e eventuais perdas e danos, assim como também, **instalação do equipamento** em local a ser indicado pelo município.

14.4. A licitante vencedora terá 01 (um) dia útil para confirmar o recebimento da Nota de Empenho.

14.5. O Item licitado, conforme anexo I, deverá ser de boa qualidade, e obedecer às normas técnicas da ABNT.

14.6. Os itens entregues que não estiverem dentro dos padrões de qualidade exigidos, serão devolvidas ao fornecedor, e este deverá repor os mesmos no prazo de 24 horas, conforme exigência

14.7. O item licitado deverá ser entregue na Unidade Básica de Saúde do Município de Santa Cecília do Sul, na Rua Maximiliano



de Almeida, nº 259, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, para verificação e carimbo da nota fiscal.

14.7.1. Além da entrega no local designado pelo Município, a licitante vencedora também terá que descarregar o objeto licitado e **instalar em local a ser indicado pelo município**, devendo ser recebido e acompanhado por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.8. O **prazo de garantia do equipamento**, será contado a partir da data de sua entrega com a respectiva aceitação pelo Município e será de no mínimo 12 (doze) meses.

15. Da Fiscalização

15.1. A fiscalização da entrega e instalação do objeto será exercida pela Secretaria da Saúde, ou por outro representante, devidamente designado para esse fim, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, para posterior atesto da Nota Fiscal e pagamento.

15.2. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

16. Das Condições de Pagamento

16.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega, instalação e aceitação do equipamento.

16.2. Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 9.069/95 e Lei 10.192 de 14/02/2001.

17. Das Penalidades

17.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar com a administração



pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias após o qual será considerado inexecução contratual;

e) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um ano);

f) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois anos);

g) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

18 - Da Anulação e Revogação

18.1. Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.

18.2. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

18.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

19 - Das Disposições Gerais

19.1. Nenhuma indenização será devida as licitantes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.2. A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a Licitante examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitam a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

19.3. É **facultada** ao Pregoeiro e Equipe de Apoio em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.



19.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

19.5. Atendida a conveniência administrativa, fica o licitante vencedor obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

19.6. No caso de necessidade de alteração deste Edital, antes do dia e hora marcados para abertura das propostas, poderá ocorrer prorrogação, respeitando-se o número de dias decorridos a partir do último aviso publicado e utilizando-se dos meios anteriormente adotados para a nova divulgação.

19.7. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda no interesse do Município de Santa Cecília do Sul - RS, por conveniência administrativa, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- adiada sua abertura;
- alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das licitantes.

19.8. Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

19.9. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

19.10. A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste Edital, bem como das normas administrativas vigentes.

19.11. A licitante deverá manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições exigidas na fase de habilitação.

19.12. O Edital poderá ser adquirido junto ao endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e www.santaceciliadosul.rs.gov.br.

20. São anexos deste Edital



- Anexo I** - Termo de Referência;
- Anexo II** - Proposta de Preços;
- Anexo III** - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7º da Constituição Federal;
- Anexo IV** - Modelo de Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação;
- Anexo V** - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI** - Modelo de Declaração de Conhecimento;
- Anexo VII** - Modelo de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP;
- Anexo VIII** - Modelo de Procuração;
- Anexo IX** - Minuta de Contrato.

21. Disposições Finais

21.1. Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Santa Cecília do Sul, setor de licitações, sito a Rua Porto Alegre, 591, pelo e-mail: licitacao@santaceciliadosul.rs.gov.br, ou pelo fone (54) 3196-8535, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

22. Do Foro

22.1. Fica eleito, o Foro da Comarca de Tapejara-RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Santa Cecília do Sul - RS, 03 de dezembro de 2021.

João Sirineu Pelissaro
Prefeito Municipal



Anexo I

Pregão Eletrônico 01/2021

Termo de Referência

1. Do Objeto

1.1. O presente objeto deverá possuir no mínimo o seguinte:

Item	Qtde.	Unid.	Especificação
01	01	UN	Sistema de ultrassonografia diagnóstico sem aplicação transesofágica com plataforma totalmente digital, transportável sobre rodízios, monitor de 23" LED ou LCD colorido com braço articulado. Excelente qualidade de imagem com processamento digital mínimo de 130.000 canais. Frame rate elevado com mínimo de 1000 frames/seg. Painel de controle composto por tela Touch Screen de 8.4". Console ergonômico com teclas programáveis. Sistema operacional Windows. Disponibilidade de 4 portas ativas simultaneamente para transdutores com seleção realizada diretamente no painel. Aplicações: Abdominal, Ginecologia, Obstetrícia, Urologia, Pediátrico/Neonatal; Superficial, Extremidades e pequenas partes, Tireoide, Musculoesquelético, Mama, Vascular, Cardiologia, endocavitário, Intraoperatório, Ecocardiografia fetal, Transcraniano, Transfontanela, Cerebral/Cerebrovascular. Podendo ainda ser utilizado em ambientes como Anestesiologia, Neurologia, Emergência, Centro Cirúrgico e Unidades de Terapia Intensiva. Software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. Software de análise automática em tempo real da curva Doppler. Software Tecnologia de feixes compostos (X beam); Software para redução de ruído speckle (Nanoview); Capacidade de magnificação (Zoom Read/Write) da imagem geral e localizado com rolagem de tela de 10X; Ganho dinâmico de pelo menos 220 db; Imagem Trapezoidal com aumento de 20% do campo de visão das imagens com os transdutores lineares e convexos; Software para imagem harmônica de tecido (THI) e harmônica de pulso invertido (MFI) para todos os transdutores; Comparação em tempo real da mesma imagem em modo 2D e color (MODO DUAL LIVE - divisão de imagem em tela dupla de



			<p>Modo B + Modo Color, ambos em tempo real); Composto pelos modos de imagem: Modo M, Color Doppler; Color Power Doppler, Power Doppler Direcional; Doppler Espectral; Recurso Duplex e Triplex disponíveis. Pacotes de cálculos: simples e específicos. Imagem Panorâmica. Auto Fit: Tecla para controle automático de ganho, ajuste automático da imagem nos modos B (2D), color e Doppler (linha de base e escala) e programação para várias funções com apenas um toque; Modo Dual: Modo de divisão de dupla tela com combinações de modos; Divisão da tela em 1, 2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em Modo B, Modo M, Modo Power, Modo Color, Modo Espectral; Doppler contínuo, Doppler tecidual. Pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário. Pós processamento e análise em imagens salvas e medidas; Permite armazenar, arquivar, revisar, imagens em movimento e estáticas; Possibilidade de otimização da imagem congelada e em tempo real; Armazenamento mínimo de 9000 imagens/quadros em cine com variação de velocidade e zoom dinâmico sobre a imagem cine (Cine loop e cine loop save); Biblioteca de palavras específica para cada preset em Português; Possui gravador de CD / DVD - RW (regravável) integrado para armazenamento de imagens e/ou clipes, no formato JPEG/AVI/MPEG; 4 portas USB com possibilidade de expansão; DICOM 3.0 completo (Media Storage, Verification, Print, Storage / Commitment, Query /Retrieve, MPPS, Structured Reporting, Worklist); Gravação de imagens em pen drive. HD interno com memória de 500 GB.</p> <p>Transdutores e acessórios: Transdutores multifrequenciais e banda larga. - 01 Transdutor Convexo com frequência ajustável de 2 a 5 MHz; - 01 Transdutor Linear com alta frequência ajustável de 3 a 11 MHz; - 01 Transdutor Endocavitário com frequência ajustável de 4 a 9 MHz; com abertura de 180°; 01 Transdutor setorial adulto com frequência ajustável de 2 a 4 MHz; possibilidade futura para uso de transdutores setoriais pediátricos e neonatais.</p> <p>Alimentação: 100 a 240Vac (Bivolt).</p>
--	--	--	---



			01 Impressora a laser colorida 01 Nobreak compatível com o equipamento e tensão de acordo com a entidade solicitante.
--	--	--	---

1.2. A empresa vencedora deverá oferecer treinamento, versando sobre operação do equipamento sem qualquer custo adicional.

1.3. A empresa vencedora deverá possuir assistência técnica autorizada numa distância de até 400 Km da sede municipal de Santa Cecília do Sul.

2. Garantia

2.1 O prazo de garantia do equipamento, contado a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo, será de no mínimo 12 (doze) meses.

3. Da Entrega

3.1 A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;

3.2 O item licitado deverá ser entregue na Unidade Básica de Saúde do Município de Santa Cecília do Sul, na Rua Maximiliano de Almeida, nº 259, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, para verificação e carimbo da nota fiscal.

3.3 Além da entrega no local designado pelo Município, a licitante vencedora também terá que descarregar o objeto licitado e **instalar em local a ser indicado pelo município**, devendo ser recebido e acompanhado por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

4. Do pagamento

4.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação do produto.

5. Qualificação técnica

5.1 Exigência para os aparelhos equipamentos e utensílios médico/odontológico/laboratorial:

I) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, **em situação ativa**, em nome da licitante.

II) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, **em situação ativa**, em nome do fabricante.

II.a) Em caso de fabricante estrangeiro será aceito, em substituição ao exigido no subitem anterior Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitido pela ANVISA, em situação ativa, em nome da importadora e detentora do registro junto à ANVISA.

III) Certificado de Registro ou Cadastro do equipamento ofertado, expedido pelo Ministério da Saúde, **em vigor**, onde



conste o número e a validade do Registro, denominação do equipamento, nome e número do CNPJ do fabricante.

III.a) Caso o produto cotado seja dispensado do registro na ANVISA/MS, o proponente deverá apresentar cópia autenticada do ato que isenta o produto de registro.

5.2 Deverá ser apresentado prospectos técnicos e ilustrativos do equipamento a ser fornecido, o qual deverá ser submetido a avaliação do órgão solicitante (Secretaria Municipal de Saúde).

6. Das obrigações da contratante (Minuta de Contrato)

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

6.1.2 Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

6.1.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

6.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. Das obrigações da contratada (Minuta de Contrato)

7.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

7.5 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, frete, seguro, e, eventuais perdas ou danos, assim como também, instalação do equipamento em local a ser indicado pelo município.

7.8 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações edilícias ou legais a que estiver sujeito.

7.9 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital.

7.10 Responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando ao Município o direito de deduzir, dos valores a serem pagos à empresa, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos.

7.11 Substituir o produto recusado pelo destinatário, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais constantes do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 30 (trinta), contados a partir da data do recebimento da notificação do Município, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos itens/lotos recusados.

7.12 Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.13 Respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

8. Das penalidades

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 2 anos;
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



- d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias após o qual será considerado inexecução contratual;
- e) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um ano);
- f) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois anos);
- g) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

9. Do valor de referência

9.1 R\$ 149.500,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil e Quinhentos Reais).

9.2 O valor a ser contratado tem como limite a média aritmética dos valores praticados no mercado.

Anexo II

Pregão Eletrônico 01/2021

Proposta de Preço

Dados da Empresa

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			Nº
Bairro:		Cidade:	
Telefone:		E-mail:	
		CEP:	
		Estado:	

Dados do Administrador

Sócio Administrador:			
CPF:		RG:	
Endereço:			Nº
Bairro:		Cidade:	
Telefone:		E-mail:	
		CEP:	
		Estado:	

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico 01/2021, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Qtde.	Unid.	Especificação	Marca/Nome	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
			Descrição completa do(s) objeto(s) ofertado(s) (com o mínimo descrito no edital)			

Obs.: o preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes do edital.

Valor Total: R\$ (A cotação de preços deve ser apresentada com cotação de preço unitário e total, em moeda corrente nacional).

Declara, sob as penas da lei que:

a) Nesta proposta estão inclusos, ficando sob minha responsabilidade, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, serviços de entrega, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários, ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

b) Fornecerei treinamento, versando sobre operação do equipamento sem qualquer custo adicional.

c) A assistência técnica autorizada fica numa distância de _____ Km da sede municipal de Santa Cecília do Sul - RS.

d) Prazo de entrega: _____ dias;

e) Prazo de garantia: _____ meses;

f) Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de 2021.

[assinatura do representante legal/procurador da licitante]
[nome, RG, CPF, cargo]
[Carimbo]



Anexo III
Pregão Eletrônico 01/2021

**Declaração de Cumprimento ao Art. 7º Da Constituição
Federal**

_____ (Razão Social),
inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ) _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____ da Carteira de Identidade - RG
nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso
V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto
no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim
como assume o compromisso de declarar a superveniência de
qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze
anos, na condição de aprendiz ()

Por ser a expressão da verdade, firmamos o
presente.

_____, _____ de _____ de
2021.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Anexo IV
Pregão Eletrônico 01/2021

Declaração de Enquadramento

A empresa _____ inscrita no CNPJ n° _____ estabelecida na _____, declara, para os fins do disposto na Lei Complementar n° 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() **Microempresa**, conforme inciso I do artigo 3° da Lei Complementar n°123/06;

() **Empresa de pequeno porte**, conforme inciso II do artigo 3° da Lei Complementar n°123/06;

() **Microempreendedor individual**, cujo valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1° e suas alterações, da Lei Complementar n°123/06 e suas alterações; não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4°, incisos I a IV, da mesma lei; exerce tão somente atividades constantes do Anexo XIII da Resolução CGSN n° 94 de 29 de novembro de 2011;

() **Cooperativa**, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3° da Lei Complementar n°123/06 (art. 34 da lei n° 11.488 de 15 de junho de 2007).

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____
_____, _____ de _____, _____
_____ 2021.

[Contador]
CRC:
[Carimbo]



Anexo V
Pregão Eletrônico 01/2021

Declaração de Idoneidade

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ n° _____, sediada na Rua _____, n° _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu **(Diretor ou Representante Legal)**, **(Nome/RG)**, declara, sob as penas da Lei, que:

- a)** Não foi declarada inidônea ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
- b)** Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c)** Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d)** Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

2021. _____, _____ de _____ de

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]



Anexo VI
Pregão Eletrônico 01/2021

Declaração de Habilidade

A empresa (**Razão Social da Licitante**), CNPJ n° _____, sediada na Rua _____, n° _____, (**Bairro/Cidade**), através de seu (**Diretor ou Representante Legal**), (**Nome/RG**), declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4° e 5° do art. 26 do Decreto 10.024/2019.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____
_____ 2021.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]



Anexo VII
Pregão Eletrônico 01/2021

Declaração de Conhecimento

A empresa (**Razão Social da Licitante**), CNPJ n° _____, sediada na Rua _____, n° _____, (**Bairro/Cidade**), através de seu (**Diretor ou Representante Legal**), (**Nome/RG**), declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____
_____ 2021.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]



Anexo VIII
Pregão Eletrônico 01/2021

Procuração

Outorgante: _____, (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____) ou (pessoa física, inscrita no CPF sob o nº _____), com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado do _____, (neste ato representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr. (a) _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____,

Outorgado: Sr. (a) _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____.

Poderes: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente no (Modalidade do Processo e Número), do Município de Santa Cecília do Sul - RS, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

_____, _____ de _____ de 2021.

Outorgante

Nome:

CPF:

RG:

Outorgado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL

www.santaceciliadosul.rs.gov.br



Nome :

CPF :

RG :



Anexo IX
Pregão Eletrônico 01/2021

Minuta do Contrato Administrativo

Contrato n° __/2021
Pregão Eletrônico n° 01/2021
Processo Licitatório n°
79/2021

Aquisição de 01 (um)
aparelho de ultrassom
diagnóstico sem aplicação
transesofágica atendendo a
proposta n°
12211.583000/1190-01.

Contratante: Município de Santa Cecília do Sul, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n° 04.215.090/0001-99 com sede na Rua Porto Alegre, n° 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **João Sirineu Pelissaro**, brasileiro, solteiro, portador do CPF n° 948.753.320-68, residente e domiciliada na localidade de Vista Alegre, interior deste Município.

Contratada: _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, estabelecida na (Logradouro) _____, n°, bairro _____, CEP _____, Município de _____ - _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, (Nacionalidade), (Cargo), portador(a) do CPF n° _____, residente e domiciliado na (Logradouro), n° _____, bairro _____, na cidade de _____ - _____.

Têm entre si certo e avençado, em conformidade com os elementos e despachos constantes no **Pregão Eletrônico n° 01/2021**, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, o seguinte:

Cláusula Primeira - Objeto

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na aquisição do(s) objeto(s) contratado(s), descrito(s) abaixo, constante do **Processo Licitatório n° 79/2021, Pregão Eletrônico n° 01/2021**, Tipo Menor Preço, pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta



e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

Item	Qtde	Un.	Descrição

A contratada oferece treinamento, versando sobre operação do equipamento sem qualquer custo adicional.

A contratada possui assistência técnica autorizada numa distância de ____ Km.

Cláusula Segunda - Do Valor

O valor do objeto descrito na Cláusula Primeira é de R\$ _____ (_____).

Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária

As despesas do objeto deste contrato serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte dotação orçamentária e será da lei-de-meios do exercício de 2022, suplementada se necessário:

09.01 - Secretaria e Fundo Municipal da Saúde

4.4.9.0.52.00.00.00 - Equipamentos e Material

Permanente

1006 - Aquisição de Equipamentos de Saúde

Cláusula Quarta - Das Condições da Entrega

a) O(s) objeto(s) licitado(s) será(ão) entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato de acordo com o Edital, sob pena de decair o direito de fornecimento sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8666/93.

b) O item licitado deverá ser entregue na Unidade Básica de Saúde do Município de Santa Cecília do Sul, na Rua Maximiliano de Almeida, nº 259, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, para verificação e carimbo da nota fiscal.

c) Além da entrega no local designado pelo Município, a contratada também terá que descarregar o objeto licitado e **instalar em local a ser indicado pelo município**, devendo ser recebido e acompanhado por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Quinta - Das Obrigações das Partes

I. Da Contratada

a) A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo



como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078, de 1990);

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

e) Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, frete, seguro, e, eventuais perdas ou danos, assim como também, **INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO** em local a ser indicado pelo município;

h) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações edilícias ou legais a que estiver sujeito;

i) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital;

j) Responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando ao Município o direito de deduzir, dos valores a serem pagos à empresa, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;

k) Substituir o produto recusado pelo destinatário, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais



constantes do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 30 (trinta), contados a partir da data o recebimento da notificação do município, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos itens/lotos recusados;

l) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

m) Respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

II. Da Contratante

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

b) Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

e) Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Sexta - Do Pagamento

O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega, instalação e aceitação do equipamento e mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (is) e após verificação de conformidade com o Edital.

Cláusula Sétima - Do Recebimento Do Objeto

O objeto do presente contrato, estando de acordo com as especificações do edital, da proposta e deste instrumento, será recebido na Unidade Básica de Saúde, localizado na Rua Maximiliano de Almeida, nº 259, Centro, no horário das



08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, para verificação e carimbo da nota fiscal. Além da entrega no local designado pelo Município, a licitante vencedora também terá que descarregar e **instalar os objetos licitados**.

Cláusula Oitava - Das Condições Para Fornecimento

Não será aceito Equipamento de marca/procedência diferente daquele indicado na proposta e constantes no prospecto técnico ilustrativo apresentado.

O Item ofertado, conforme cláusula segunda deverá ser de boa qualidade, e obedecer às normas técnicas da ABNT.

O item entregue que não estiver dentro dos padrões de qualidade exigidos, será devolvido ao fornecedor, e este deverá repor o mesmo no prazo de 24 horas, conforme exigência.

Cláusula Nona - Da Garantia

O prazo de garantia do equipamento, contado a partir da data de sua entrega com a respectiva aceitação pelo Município, será de ---- (----) meses.

Cláusula Décima - Responsabilidades

I. Contratante:

O contratante, não se obriga por eventuais acidentes e/ou danos causados ou sofridos pela **contratada** no ato da entrega do produto, bem como todas as obrigações que a **contratada** ou seus prepostos venham a assumir com terceiros, serão de sua exclusiva responsabilidade, inclusive os encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

II. Contratada

A **contratada** responderá em caso de inadimplemento de suas obrigações, sem prejuízo do Contrato, e pagamento de perdas e danos aos quais der causa, ressalvados as hipóteses consideradas pela ordem jurídica como caso fortuito ou de força maior.

Cláusula Décima Primeira - Dos Direitos da Administração

São reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, conforme art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

Fica expressamente acordado que as relações decorrentes do presente instrumento aplicar-se-ão às soluções preconizadas pela Legislação Brasileira e, ainda, que o negócio jurídico foi celebrado em estrita observância



ao disposto na Lei de Licitação supra citada e demais normas pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Das Penalidades

A contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias após o qual será considerado inexecução contratual;

e) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um ano);

f) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois anos);

g) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Décima Terceira - Da Lei Regradora

A presente contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.



Cláusula Décima Quarta - Das Disposições Finais

A **contratada** declara ter conhecimento integral e obriga-se a cumprir o que aqui ficou ajustado.

Responsabilizar-se-á a **contratada** por todos os documentos a ela entregues pela **contratante**, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados, se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso, respondendo pelo mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior.

Obriga-se a **contratante** a fornecer à **contratada** todos os dados, documentos e informações que se façam necessário ao bom desempenho dos serviços ora contratados, em tempo hábil, nenhuma responsabilidade, cabendo a segunda, acaso recebidos intempestivamente.

Quando técnicos da **contratada** forem requisitados pelo **contratante** para acompanhamento de ações técnicas ou administrativas para com o Município, caberá o ressarcimento de todas as despesas realizadas e necessárias à execução da solicitação.

Os encargos serão devidos até a data da efetiva validade do contrato, mesmo que posterior ao vencimento do contrato, pagos nos mesmos valores, prazos e condições do contrato, como se o mesmo estivesse em pleno vigor.

Cláusula Décima Quinta - Do Foro

O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília do Sul - RS, ___ de _____ de 2021.

Município de Santa Cecília do Sul
João Sirineu Pelissaro
Prefeito Municipal
Contratante



CNPJ n° _____
Empresa
Nome
Contratada

Testemunhas:

1.

2.